

Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais

Regina Célia Tamaso Mioto*

Resumo – O artigo discute a intervenção profissional dos assistentes sociais com famílias. Para tanto, são apresentadas algumas observações sobre a prática profissional dos assistentes sociais com famílias, considerando dados de pesquisa empírica e da literatura. Pautado nessas observações, pontuam-se algumas questões, tais como o problema da “indiferenciação” das ações profissionais e a complexidade das mesmas, como desafios à construção de uma “nova” prática profissional com famílias. Com base na análise efetuada, propõe-se, ainda que de forma incipiente, uma discussão sobre as possibilidades de construção de uma outra cartografia que possa vir a ser um instrumento para o debate do trabalho com famílias no contexto do Serviço Social.

Palavras-chave – Famílias. Prática profissional. Serviço Social.

Abstract – This article discusses the professional intervention of social workers with families. To do so, some observations are presented about the professional practice of social workers with families, considering data from empiric and bibliographic research. These observations raise questions about issues such as the “indifferentiation” of professional activities and their complexity and about challenges to the construction of a “new” professional practice with families. Based on the analysis conducted, a preliminary discussion is proposed about the possibilities for the construction of another cartography that can come to be a tool to discuss work with families in the context of Social Work.

Key words – Families. Professional practice. Social Work.

O trabalho com famílias tem se constituído numa fonte de preocupação para os profissionais que trabalham na área, tanto pela atualidade do tema como pela sua complexidade. A sua discussão envolve inúmeros aspectos dentre os quais estão presentes as diferentes configurações familiares, as relações que a família vem estabelecendo com outras esferas da sociedade, tais como Estado, Sociedade Civil e Mercado, bem como os processos familiares. Além destes, estão envolvidos os aspectos inerentes à própria história e desenvolvimento das profissões que atendem a esse campo.

No âmbito do Serviço Social, os processos de atenção às famílias fazem parte da história da profissão. Segundo Neder (1996), os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica; ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos e, em outros, a tiram de cena.

* Professora doutora do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mioto@cse.ufsc.br.

Porém, apesar de sua longa tradição no trato com famílias e do aprofundamento da discussão teórico-metodológica e ético-política ocorrida no Serviço Social nas últimas décadas, a ação dos assistentes sociais continua sendo considerada muito aquém das exigências que lhes estão sendo colocadas. Estas exigências estão relacionadas à necessidade de consolidação do atual projeto ético-político da profissão, de qualificação das ações profissionais nessa área, além da afirmação do espaço do Serviço Social num campo cada vez mais disputado por outras profissões.

No intuito de contribuir para a discussão das ações profissionais dos assistentes sociais com famílias, é que nasceu a idéia de uma pesquisa¹ sobre o tema e, de seus resultados iniciais, emergiu o presente artigo. Este está organizado em três seções.

Na primeira são apresentadas algumas observações sobre a prática profissional dos assistentes sociais com famílias, considerando dados da pesquisa empírica e da literatura. A segunda seção analisa algumas questões, tais como o problema da “indiferenciação” das ações profissionais e a complexidade das mesmas, como desafios à construção de uma “nova” prática profissional com famílias. Para finalizar, a terceira seção propõe, ainda que de forma incipiente, uma discussão sobre as possibilidades de construção de uma outra cartografia que possa vir a ser um instrumento para o debate do trabalho com famílias no contexto do Serviço Social.

1 A intervenção profissional dos Assistentes Sociais com famílias: algumas observações

A pesquisa “Por onde caminham os processos de intervenção dos assistentes sociais em famílias com condutas autodestrutivas”² permitiu, através do estudo com grupos de profissionais de Serviço Social observar que as ações dos mesmos, de maneira geral, estão marcadas:

¹ A pesquisa contou com o apoio do CNPq e foi operacionalizada através de dois procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e “coleta viva de dados” com grupos de assistentes sociais na cidade de Florianópolis (SC).

² As condutas ou relações destrutivas podem ser entendidas como diferentes manifestações de violência, cuja expressão máxima é o suicídio (assassinato de si mesmo). Trata-se de um fenômeno extremamente complexo derivado da inter-relação dinâmica de um grande número de variáveis presentes na vida cotidiana (macrossociais, culturais, microssociais, individuais) e no qual os sujeitos são agentes e pacientes ao mesmo tempo (Cassorla e Smeke, 1994; Minayo, 1994).

1) pela ausência de discriminação quanto à natureza das ações direcionadas ao atendimento das famílias, em muitos serviços. Um exemplo disso é que sob a denominação de orientação da família, que aparece como uma categoria-chave do processo de intervenção, estão agrupadas condutas e procedimentos totalmente diversos. Orientação pode significar tanto uma informação a respeito do funcionamento do serviço, como a realização de uma série de entrevistas com a finalidade de apoiar uma família num momento crítico de sua vida. Um outro exemplo é quando o assistente social, questionado sobre suas ações, enumera os instrumentos que são utilizados para a sua consecução. É muito comum dizerem que fazem entrevistas, reuniões. De outra forma, quando perguntados sobre como agiram em determinadas situações, respondem, algumas vezes, que realizaram “conversas informais”. Assim, ainda é trivial o uso de uma linguagem de senso comum em detrimento de uma linguagem técnico-científica em relação à prática profissional.

2) pela utilização de categorias de análise sem o devido conhecimento ou discernimento quanto às matrizes teóricas às quais estão vinculadas. Na descrição das ações profissionais impera a utilização indiscriminada de determinadas categorias que demonstram a precária clareza metodológica sobre o escopo de suas ações. Um exemplo disso é a dissociação que fazem entre a categoria “famílias desestruturadas” e a referência da escola estrutural-funcionalista, no âmbito de um discurso crítico.

3) pela articulação explícita entre referências teóricas e ação profissional que aparece quando o assistente social tem uma formação específica na área da família, que, geralmente, se faz através de outras áreas. Este é o caso, por exemplo, do *boom* da terapia familiar que passa a ser discutida como algo que “ainda não tem lugar no Serviço Social” como afirmaram alguns profissionais. É possível creditar esta afirmação ao fato de a formação na área estar concentrada no campo do “psi”, sem uma apropriação e uma discussão do seu lugar e do seu significado na prática cotidiana dos assistentes sociais. Dessa forma, passa-se a engrossar fileiras no grande projeto, hoje hegemônico, de “psicologização” dos problemas sociais.

4) pelos processos de intervenção com famílias que são pensados apenas no âmbito do atendimento direto. Não são vislumbradas, no universo das ações profissionais, outras possibilidades de se trabalhar com famílias; não são considerados especialmente os espaços da proposição, articulação e avaliação das políticas sociais, nem a organização e articulação de serviços como campos fundamentais de intervenção na área da família. O atendimento direto está dirigido maciçamente às famílias que, por pobreza ou falimento nas suas funções, são tidas como incapazes ou patológicas.

A permanência de características como estas indicam que as ações são movidas por lógicas muito mais arcaicas e enraizadas culturalmente, tanto no seu universo afetivo como institucional, do que pela lógica da racionalidade dada pelo arcabouço teórico-metodológico da profissão pós-reconceituação. Assim, o exercício profissional com famílias ainda se movimenta através de processos pautados nos padrões de normatividade e estabilidade. Ou seja, as ações continuam calcadas na perspectiva da funcionalidade e relacionadas aos processos de integração e controle social. Dessa forma, tira-se de foco a discussão da família no contexto de uma sociedade desigual e excludente, fortalece-se, direta ou indiretamente, uma visão da família como produtora de patologia e busca-se a “pacificação artificial”³ das famílias.

Afirmações semelhantes foram apontadas por outras análises da prática profissional. Gentili (1998), ao analisar a questão da identidade e do processo de trabalho no Serviço Social, afirma que, no discurso dos assistentes sociais, existe uma indiscriminação generalizada dos instrumentos, metodologias e atividades profissionais. Este fato rebate negativamente nas possibilidades de uma formação teórica mais qualificada dos profissionais e do desenvolvimento de ações mais coerentes, tanto em relação aos paradigmas teórico-metodológicos como às escolhas de caráter técnico. Para ela, os assistentes sociais têm uma vivência *impressionista* da realidade e, à medida que possuem leituras teóricas imprecisas, mantêm vivas representações teóricas anteriores que se recompõem com representações profissionais mais atualizadas.

No complexo judiciário, a recorrência ao esquema educativo, apoiado em teorias sociológicas, psicológicas, psiquiátricas não explicitadas, tem conduzido à reafirmação dos princípios do judiciário no processo de regulação da violência na esfera privada. Um exemplo disso pode ser verificado em relação à concepção de família. O consenso existente sobre as transformações da família tem se concentrado apenas nos aspectos referentes à sua estrutura e composição, pois as expectativas sociais sobre suas tarefas e obrigações continuam preservadas. Ou seja, espera-se um mesmo padrão de funcionalidade das famílias, independente do lugar em que estão localizadas na linha da estratificação social, padrão este calcado em postulações culturais tradicionais, referentes aos papéis paternos e maternos, principalmente (Mioto, 2001).

Como assinala Vasconcelos (2000), o Serviço Social brasileiro tem apresentado dificuldades para apropriar-se da temática da subjetividade. Ao mesmo tempo em que, por

³ O termo “pacificação artificial” é de autoria de Paseti (1995) e também utilizado por Souza (2000).

ocasião do movimento de reconceituação, criticou a abordagem hegemônica de subjetividade existente, identificou-a como única e, assim, produziu um vazio nas possibilidades de desenvolvimento da profissão.

Na área da criança e do adolescente, campo fértil de intervenção com famílias, Sant'Ana (2000), ao investigar a prática profissional de assistentes sociais em instituições públicas e privadas, concluiu que a maioria deles realiza uma intervenção pouco qualificada e com ausência de referenciais teóricos e de postura crítica. Para a autora, esta situação compromete a implantação do projeto ético-político do Serviço Social, à medida que este fica a cargo de uma minoria de vanguarda.

Na perspectiva da análise do discurso dos assistentes sociais no cotidiano profissional, Guimarães (1996) observou a existência de quatro construções discursivas. A primeira, denominada de pré-construída, refere-se ao discurso pautado na suposição do senso comum. A segunda, que é a linha de pensamento umbilicado, caracteriza-se pela permanência de um pensamento pré-estabelecido do início ao final da intervenção. A terceira, que a autora chamou de *kit-discurso*, considera que o assistente social realiza a sua prática a partir dos dois procedimentos anteriores, tornando a intervenção um ato altamente mecânico. Finalmente, a quarta construção discursiva se caracteriza pela dicotomia entre ação e fala. Ao discursarem sobre suas respectivas práticas, os assistentes sociais apresentam tal distância entre ação e fala que muitas vezes elas se apresentam como contraditórias, sem que geralmente as contradições sejam percebidas. Este tipo de análise demonstra a fragilidade do processo de intervenção.

Todas essas observações, por um lado, corroboram as discussões efetuadas a partir das análises sobre a construção sócio-histórica do Serviço Social no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho no qual o assistente social aparece como o profissional da coerção e do consenso (Iamamoto, 1992).

Por outro lado, coloca o desafio da superação dessa situação, considerando a urgência de consolidação do projeto ético-político da profissão, que só poderá acontecer através de uma prática profissional crítica e altamente qualificada em áreas de intervenção profissional consolidadas historicamente e da expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais. Além disso, não pode ser esquecido o projeto de formação profissional que, através das diretrizes curriculares, coloca como um de seus eixos os fundamentos do trabalho profissional.

É justamente este desafio que nos conduz a recolocar algumas questões que acreditamos estarem contribuindo para a perpetuação do conservadorismo nas intervenções com famílias, numa tentativa de resgatar da própria ação profissional os elementos

necessários para sua reconstrução. Como afirma Guerra (2000), é necessário resgatar a dimensão emancipatória da instrumentalidade do exercício profissional, pois é através dela que a profissão poderá superar o seu caráter eminentemente operativo e manipulatório dado pela condição histórica do surgimento da profissão.

2 A intervenção profissional dos assistentes sociais com famílias: desafios para a sua (re)construção

A análise da prática profissional com famílias pode acontecer a partir de diferentes perspectivas. Dentre elas estariam: o percurso histórico da profissão, o seu papel na divisão sociotécnica do trabalho e de seus condicionamentos macroestruturais, da formação profissional e da responsabilidade dos assistentes no processo de apropriação do projeto ético-político da categoria.

Porém, a partir das observações efetuadas e através da descrição, comparação e diferenciação das ações profissionais num processo de pesquisa, nos deparamos com algumas questões advindas do exercício profissional que podem compor uma resposta que buscamos para os impasses profissionais.

A descrição de uma prática profissional “pouco qualificada” e de natureza predominantemente funcional, paradoxalmente nos indicou que, de maneira geral, os assistentes sociais detêm uma visão crítica da realidade e realizam a articulação entre questões estruturais/conjunturais e as demandas que lhe são colocadas cotidianamente.

Isso parece demonstrar que o projeto ético-político da profissão está perpassando a categoria profissional, contrariando o pessimismo demonstrado por Sant’Ana (2000) ao constatar que, no universo de sua pesquisa, a minoria dos assistentes sociais apresentava uma visão crítica da realidade. Numa outra perspectiva, Costa (2000), ao analisar a intervenção do Serviço Social na saúde, discorda do discurso sobre a desqualificação da profissão nesta área. A autora entende que a subordinação da profissão é decorrente da precariedade do sistema de saúde para atender as necessidades da população. Portanto, o estabelecimento de uma nova condição para os assistentes sociais na área passa pela superação do modelo biomédico de atenção à saúde.

Nesse contexto, observamos que a transformação dos processos de intervenção com famílias implica algo mais que a crítica dos profissionais sobre a realidade e a consciência de que a solução das demandas não está nos limites dos serviços. A persistência da contradição

entre conhecimento teórico-metodológico/ético-político e ações profissionais e das dificuldades de os assistentes sociais realizarem, com competência, as mediações necessárias para desenvolverem processos de atenção às famílias numa perspectiva crítica pode estar relacionada às formas vigentes de capacitação profissional para intervenção com famílias, à incipiente produção bibliográfica sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social pós-reconceituação, bem como à natureza e complexidade das ações profissionais.

As trajetórias dos processos de capacitação para atuar junto a famílias dos assistentes sociais pesquisados, revelaram que tais processos ocorrem, majoritariamente, nos próprios serviços. A procura que é de fora dos serviços, especialmente a que é realizada por profissionais da área “psi”, visa atender as demandas colocadas pelos locais de trabalho e não as questões relacionadas à profissão. Em ambos os casos, a capacitação se concentra na apropriação de determinadas tecnologias e a discussão da família, enquanto objeto de intervenção, se realiza também sob a lógica dos serviços.

A lógica de atendimento dos serviços, geralmente, está orientada para as famílias que, por falimento ou pobreza, falharam na responsabilidade de cuidado e proteção de seus membros. Nesta perspectiva, os interesses, tanto de natureza política como sociocultural, recaem sobre as formas diagnosticadas como marginais ou patológicas, o que justifica a concentração dos esforços em procedimentos terapêuticos de intervenção. Tais procedimentos estão atrelados a uma concepção de reparação de danos e a família é tomada cada vez mais como objeto de intervenção terapêutica (Donati, 1996; Miotto, 2000a; Pereira, 2000).

Assim, continuam atualizadas as análises da intervenção profissional, realizadas especialmente por Donzelot (1986) e Verdes-Leroux (1986) sobre a difusão da cultura de especialistas nos aparatos policiares e assistenciais do Estado, destinados especialmente às classes populares. Ganham destaque os trabalhos de Acosta (1998) e Vasconcelos (2000) que, no contexto da historiografia do Serviço Social latino-americano e brasileiro, apontam a influência do movimento higienista na organização dos serviços e também no processo de sistematização e profissionalização do Serviço Social.

Essa realidade tem provocado um afastamento dos assistentes sociais da discussão e produção teórico-metodológica do Serviço Social que, por sua vez, ainda não consegue responder a contento as questões colocadas no plano da dimensão técnico-operativa da profissão.

A produção teórica do Serviço Social em torno de sua operatividade tem se caracterizado pela escassez, quando comparada às produções relacionadas às análises da profissão, ao debate dos direitos sociais e das políticas sociais de forma geral. No entanto,

apesar dos esforços que têm sido realizados no sentido de fazer avançar o conhecimento nesta direção e de promover uma base de discussão e capacitação dos assistentes sociais, observamos que esta discussão passa ainda por alguns vieses.

Um deles é constituído pelo fato de que os textos produzidos sobre as questões técnico-operativas têm, de maneira geral, se concentrado na discussão das bases do projeto ético-político e na necessidade de transformação da prática profissional, tocando apenas levemente nos processos de construção de tal prática. Esta postura, ao privilegiar a sua adesão às transformações estruturais, à discussão da garantia dos direitos e à luta pelo acesso aos serviços, não tem abordado em profundidade o conjunto de conhecimentos específicos que circundam o fazer profissional e que qualificam as ações dos assistentes sociais.

Um outro viés consiste na abordagem da prática profissional, prioritariamente, através das funções desempenhadas pelos assistentes sociais. Estas se definem a partir da delimitação dos espaços e atividades tradicionalmente definidas para a profissão, tais como parecer social, plantão social, atuação na área X ou Y, levantamento socioeconômico (Sarmiento, 2000; Silva, 2000). Além disso, podemos observar indistinções em outros trabalhos, quanto à natureza das ações profissionais, como é o caso de se tomar como sinônimos o estudo social e o laudo social ou parecer social.

Constatações dessa natureza, também no âmbito da produção teórica, ao contrário de demonstrar inabilidades, nos remetem à hipótese de que tais problemas estejam relacionados à própria natureza e complexidade das ações profissionais, fazendo destas um objeto de difícil apreensão.

De acordo com Tosco (1998), a complexidade das ações profissionais é dada por um conjunto de fatores que as tornam altamente variáveis, imprevisíveis e sujeitas a contínuas transformações. Dentre estes fatores, estariam os tipos de demandas que requerem modalidades operativas flexíveis e personalizadas, a quantidade e a multidimensionalidade dos problemas sociais dos quais emergem sempre novas demandas e necessidades, a multiplicidade de contextos institucionais em interação com os seus constantes conflitos de competências e coordenação, a incerteza em relação aos recursos devido à variabilidade da disponibilidade dos recursos públicos, a complexidade das respostas somada à incerteza sobre seus efeitos e decorrente do grande número de variáveis intervenientes e da dificuldade em controlá-las.

Considerando a articulação de tais fatores, podemos dizer que o processo de intervenção profissional não se constrói *a priori*. Ao contrário, se faz no seu próprio trajeto e, esta construção depende não só do assistente social, mas também dos outros atores

envolvidos, especialmente do usuário. Dessa forma, as ações, além de complexas, se revestem de características que dificultam a sua própria apreensão e estruturação em termos de organização e produção do trabalho e do conhecimento.

Merhy (1997), ao analisar o trabalho em saúde,⁴ numa perspectiva de “fazer a saúde”, considera que este contém especificidades que lhe dão características muito distintas à medida que envolve não só o “trabalho morto”, mas também uma grande dose de “trabalho vivo” (trabalho criador), que implica uma noção mais ampla de tecnologia do que a comumente referida. Para ele, no universo tecnológico, “a idéia de tecnologia está muito vinculada não só à de equipamento tecnológico, mas também a um certo saber fazer, e a um ir fazendo, que inclusive dão sentidos ao que será ou não “a razão instrumental do equipamento” (Merhy (1997, p. 84). As práticas em saúde, pela sua natureza, são muito pouco estruturadas e estão permanentemente diante da constituição de um espaço intercessor trabalhador-usuário, onde a produção e o consumo da ação se fazem no mesmo momento. A troca permite ao usuário “o acesso a algo que para ele tem um valor de uso por produzir um “bem”, cuja finalidade é mantê-lo vivo e com autonomia para exercer seu modo de caminhar na vida” (op. cit., p. 87).

Assim, o trabalho em saúde não é capturado globalmente pela lógica do trabalho morto, expresso no conhecimento tecnológico estruturado, e nem nos equipamentos. Além dos saberes estruturados, suas ações implicam tecnologia de relações, de encontros de subjetividades. Nessa perspectiva, as tecnologias referentes ao trabalho em saúde são classificadas em *dura* (caso de equipamentos tecnológicos, normas, estrutura organizacional), *levedura* (caso de saberes bem estruturados que operam no processo de trabalho em saúde, como a clínica médica, a clínica psicanalítica, o taylorismo, fayolismo, a epidemiologia) e *leve* (caso das tecnologias de relações do tipo produção de vínculos, autonomização, acolhimento, gestão como uma forma de governar processos de trabalho) (Merhy e Chakkour, 1997; Merhy, 1999).

Portanto, tendo em conta a análise da complexidade das ações dos assistentes sociais e os aportes de Merhy e Chakkour (1997 e 1999) sobre a natureza do trabalho na saúde, podemos, por empréstimo, pensar as ações dos assistentes sociais no âmbito das tecnologias leve-duras e com alto grau de concentração nas tecnologias leves. Corroborando esta

⁴ O autor realiza uma interessante discussão sobre processo de trabalho a partir de Marx, e especialmente da produção intelectual de Ricardo Bruno Mendes Gonçalves, que é referência obrigatória no debate sobre o trabalho na área da saúde. Merhy realiza este trabalho, a partir de sua preocupação com a tarefa coletiva dos trabalhadores da saúde, visando à transformação do modo de operar o trabalho no cotidiano dos serviços de saúde, como garantia de consolidação das reformas macroestruturais e organizacionais ocorridas na saúde.

possibilidade, Camilo e Terra (2000) apresentam como fundamental para a defesa dos direitos dos usuários do Hospital de Clínicas da Unicamp e para compromisso com o projeto ético-político, a qualificação do trabalho dos assistentes sociais, na perspectiva de “instrumentalizar propostas de acolher, responsabilizar e resolver as demandas postas ao Serviço Social” (p. 34).

As contribuições dos referidos autores nos fornecem pistas interessantes para pensar as ações profissionais dos assistentes sociais a partir de características muito peculiares e, com elas, aumenta o desafio de se tentar definir e qualificar quais as ações o assistente social desenvolve no seu trabalho com famílias.

3 A intervenção profissional dos assistentes sociais com famílias: possibilidades de uma outra cartografia

A descrição e o debate que realizamos com os assistentes sociais, aliados às nossas reflexões em torno da natureza e da especificidade das ações profissionais com famílias, nos permitiu observar que os assistentes sociais, no seu cotidiano, desenvolvem algumas ações que podem ser diferenciadas pelas particularidades que apresentam e, no entanto, continuam sendo tratadas de forma indiferenciada. São elas: ações socioeducativas, ações socioterapêuticas, ações periciais, ações socioassistenciais, ações de acolhimento e apoio socioinstitucional.

As ações socioeducativas estão relacionadas àquelas que, através da informação, da reflexão, ou mesmo, da relação, visam provocar mudanças (valores, modos de vida). As ações socioterapêuticas são desenvolvidas diante de situações de sofrimento das famílias, expresso nas suas relações ou pelos seus membros, com a intenção de alterar esta situação. As ações periciais são aquelas que, através do estudo e da avaliação das situações familiares, visam à emissão de um parecer social para outrem. As ações socioassistenciais se relacionam a toda ação de provimento e de sustentação para atendimento de necessidades das famílias usuárias. As ações de acolhimento e apoio socioinstitucional consistiria, como o próprio nome indica, no acolhimento e apoio e na articulação de recursos através da ativação, integração e modificação das redes sociais e de serviços para atender as demandas familiares.

Este mapeamento se torna interessante à medida que, ao permitir um processo de diferenciação das ações profissionais, abre possibilidades de qualificação de tais ações. Oferece também a alternativa de organizar o trabalho profissional a partir de outras

referências, porém sem descuidar da consonância que estas referências têm em relação ao projeto ético-político do Serviço Social. Além disso, possibilita uma discussão integrada sobre a intervenção com famílias, ao invés de favorecer a segmentação pelas várias áreas de atuação. Isso sem falar na adesão acrítica a projetos institucionais ou de outras áreas profissionais e na irradiação dos mesmos no interior da profissão.

Nesse sentido lembramos que as diferentes ações propostas são desenvolvidas pelos assistentes sociais em diferentes áreas e raramente as questões referentes a elas são discutidas por eles ou entre eles. Por exemplo, as ações periciais, apesar de serem realizadas na área do judiciário, da previdência, da saúde, raramente são tematizadas em conjunto e discutidas a partir dos eixos paradigmáticos que orientam tais ações.

Os eixos paradigmáticos dizem respeito ao princípio de que ações direcionadas às famílias se definem dentro de um conjunto de proposições teórico-metodológicas e ético-políticas. Estas tangem tanto ao Serviço Social como à família e orientam tais ações dentro de lógicas diferentes. Estes eixos não são estáticos e nem impermeáveis, principalmente porque se constroem e se reconstroem com base no próprio contexto da intervenção. Nesse sentido, as ações profissionais com famílias se definem a partir de dois eixos: o da normatividade e estabilidade e o do conflito e transformação⁵ (Sepilli, 1998; Miotto, 2000a).

Ao eixo da normatividade e estabilidade estariam vinculadas as ações decorrentes de dois modelos clássicos de intervenção: o técnico-burocrático e o psicossocial-individualizante. O modelo técnico-burocrático está ancorado numa idéia de que a família é um problema e o tipo de atendimento proposto é diretamente condicionado aos objetivos da instituição, muito mais que pelas necessidades apresentadas pelas famílias. Geralmente, são marcados por processos de seletividade, tanto para oferta de recursos como de serviços, onde prevalece o critério da inclusão pela exclusão (Sposati et al, 1992; Camilo, 1997).

O modelo psicossocial-individualizante se caracterizaria pela atenção que seria dispensada às famílias especialmente nos casos daquelas diagnosticadas como patológicas. Neste modelo, os aspectos disfuncionais das famílias são guiados pela teoria implícita do funcionamento normal ou ideal. Conseqüentemente, centra sua intervenção na dinâmica interna das famílias e privilegia pouco a inter-relação com o contexto social. O social, pode-se dizer, fica fora quando as famílias entram nas instituições. Em termos gerais, a intervenção se dá no sentido de desconsiderar os pólos de conflito dos quais decorreram os problemas e de

⁵ Estes eixos paradigmáticos estão alinhados no âmbito da discussão teórico-metodológica do Serviço Social às vertentes conservadoras e crítico-dialéticas.

resgatar a família para o estado anterior àquele em que eclodiu a crise, através da reativação de valores e com a idéia de um mundo fixo e imutável (Risso e Boker, 1992).

Ao eixo do conflito e da transformação estariam vinculadas as ações direcionadas às famílias, enquanto sujeitos sociais, objetivando a construção da cidadania e a defesa de seus direitos. Dessa forma, as condutas, dificuldades e problemas expressos pelas famílias enquanto grupo ou pelos seus membros são interpretados como expressão de conflitos instaurados no contexto de uma dinâmica familiar. Porém, tal dinâmica é decorrente de uma história e de uma estrutura familiar, profundamente marcada pelas contradições de uma sociedade em um determinado momento histórico. Daí a postulação de um processo de intervenção integrado que contemple ações em diferentes níveis, a saber: o da proposição, articulação e avaliação de políticas sociais; o da organização e articulação de serviços e o da intervenção em situações familiares (intervenção direta) (Miotto, 2000b).

A ênfase nas ações socioeducativas é prioritária considerando que, nas palavras de Cardoso e Maciel (2000), “o Serviço Social se institucionaliza e desenvolve na sociedade capitalista, como ação de cunho socioeducativo, inscrita no campo político-ideológico, nos marcos institucionais das políticas sociais públicas e privadas” (p. 142).

Dessa forma, as ações educativas têm-se colocado como um campo fértil para o debate interdisciplinar, particularmente no campo da educação popular que tem se consolidado na área da saúde e tende a se consolidar também no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente. A educação popular, que está cada vez mais sendo entendida também como ações que se desenvolvem no interior dos serviços, na busca da qualidade do atendimento e na defesa de direitos (Valla, 1998).

A ênfase no estudo das ações socioterapêuticas se firma pelo fato de elas também serem historicamente desenvolvidas pelo Serviço Social, porém vistas com grandes reservas nos últimos vinte anos. De acordo com Vasconcelos (2000), analisando o Serviço Social na área da saúde mental, o grande desafio no processo de redefinição da profissão nessa área passa pela questão de como tratar a subjetividade. Além disso, não pode ser desconsiderada a crescente demanda para este tipo de ação, especialmente nos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, locais onde tem aumentado o mercado de trabalho para os assistentes sociais. O vazio de discussão sobre essas ações e sobre as possibilidades de os assistentes sociais operarem ações dessa natureza tem permitido a descaracterização da profissão, seja por desqualificação, seja pela adesão a outro status profissional.

Para finalizar, deve-se assinalar que a construção de uma nova cartografia para a prática profissional dos assistentes sociais com famílias está apenas se iniciando e passa

necessariamente pelo estudo aprofundado sobre natureza, conteúdos e objetivos das ações enunciadas. Somente a partir de tais estudos é que poderemos referendar o mapeamento efetuado e construir as referências necessárias para o exercício da prática profissional.

Referências

- ACOSTA, L. La génesis del Servicio Social y el higienismo. *Fronteras*, Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, n. 24, 1998.
- CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: UnB/CEAD, mod. 4. 2000.
- CAMILO, M. V. R. F. *A universalidade de acesso enquanto expressão do direito à Saúde*. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.
- CAMILO, M. V. R. F.; TERRA, S. R. A. M. O repensar do processo de trabalho do Serviço Social do Hospital de Clínicas da UNICAMP. *Anais do III Simpósio de Serviço Social em Saúde*. Campinas: Unicamp. 2000.
- CASSORLA, R.; SMEKE, E. Autodestruição humana. *Revista de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 4, 1994.
- COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 4, 2000.
- DONATI, P. Famiglie, soggetti e politiche sociali. *Il Bambino Incompiuto*, Milano, n. 2, 1996.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GENTILLI, R. *Representações e práticas*. São Paulo: Veras, 1998.
- GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 62, 2000.
- GUIMARÃES, G. T. O discurso apologético da particularidade – A moralidade do assistente social. *Prática profissional em debate: questões do cotidiano*. São Paulo: PUCSP, 1996.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaio crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: A micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: *Práxis em salud: un desafío para lo público*. Buenos Aires: Lugar editorial; São Paulo: Hucitec, 1997, p. 71-112.
- MERHY, E. E.; CHAKKOUR, M. Em busca de ferramentas analisadoras das tecnologias em saúde: informação e o dia a dia de um serviço, interrogando e gerindo o trabalho em saúde. In: *Práxis em salud: un desafío para lo público*. Buenos Aires: Lugar Editorial; São Paulo: Hucitec, 1997, p. 113-167.
- MINAYO, M. C. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-17, 1994.
- MIOTO, R. C. T. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: UnB/CEAD, mod. 4, 2000a.

- . Adolescentes com condutas auto destrutivas, suas famílias e os assistentes sociais. O Serviço Social e a Questão Social: Direitos e Cidadania. *Anais do VII ENPESS*. Brasília: ABEPSS, 2000b.
- . Novas Propostas e Velhos Princípios: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. *Revista Fronteras*, Montevideo, n. 4, p. 93-102, 2001.
- NEDER, G. *Trajetórias familiares*. Florianópolis: 1996. (mimeo)
- PASSETTI, E. Violentados: crianças, adolescentes e justiça. Seminário sobre violência contra crianças e adolescentes [anotações pessoais]. Florianópolis, 1999.
- PEREIRA, I. C. G. Do ajustamento à invenção da cidadania: Serviço social, saúde mental e intervenção na família no Brasil. *Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 217-262.
- RISSO, M.; BÖKER, W. *Sortilegio e delírio*. Napoli: Liguori, 1992.
- SANT'ANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 62, 2000.
- SARMENTO, H. B. M. Serviço Social: Das tradicionais formas de regulação Sócio-política ao redimensionamento de suas funções sociais. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: UnB/CEAD, mod. 4, 2000.
- SEPILLI, T. La aculturazione come problema metodológico. *Atti della Riunione della Società per il Progresso delle Scienze*. Napoli, 1998.
- SILVA, M. R. *Família e alcoolismo: em busca do conhecimento*. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- SILVA, M. L. L. Um novo fazer profissional. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: UnB/CEAD, mod. 4, 2000.
- SOUZA, Marli Palma. *A publicização da violência de pais contra filhos: um estudo das implicações da denúncia*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.
- SPOSATI, A.; BONETTI, D.; YASBEK, M. C.; FALCÃO, M. C. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1985.
- TOSCO, L. Intenzionalità e Limite: due dimensione di un percorso. *Animazione Sociale*, Milano, n. 28, 1998.
- VALLA, V. V. A revalorização da educação popular numa conjuntura de crise. *Congresso ANPEd GT de Educação Popular*, Caxambu, 1998.
- VASCONCELOS, E. M. (org.). *Saúde mental e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2000.
- VERDES-LEROUX, J. *Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986.